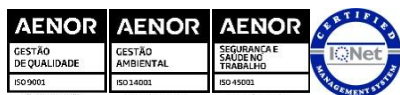




# Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

## Relatório e Contas 2025



## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	50

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.



## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de fevereiro de 2011, com o Município do Fundão e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

### Plano de Investimentos Executado

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na atividade corrente da Aquafundalia, o investimento em infraestruturas, em 2025 foi de 418.981 Euros, continuando a sua execução, no final do ano de 2025, o montante acumulado era de 4.639.581 Euros, o que significa uma percentagem de realização de 90%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia no final de dezembro de 2025, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

		2025	
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	Investimentos obrigatórios	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Vale de Prazeres	43 062
		Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Monte Leal	24 603
		Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Quintas da Torre	21 197
		Benfeitorias das instalações elétricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão	45 525
		Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112 539
		Remodelação do coletor de Ribeira de Silvares	60 399
		Construção rede de abastecimento Quinta da Areeira	19 049
		Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	118 356
		Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos	220 363
		Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	297 912
		Alteração Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	39 211
		Reabilitação e Melhoria das Instalações para Abastecimento de Água para Consumo Público	247 783
		<b>Sub-total</b>	<b>1 249 999</b>
	Investimentos Município Fundão	Requalificação do Largo Alfredo da Cunha e Largo da Igreja Matriz	7 697
		Projeto de Requalificação da Rua da Cale	15 327
		Execução de Infraestruturas na Zona Histórica do Fundão	90 380
		Requalificação da Variante das Tílias	37 149
		Requalificação da Rua da Cale (2ª Fase Praça Velha)	71 914
		Requalificação da Rua Jornal do Fundão e Rua 25 de Abril	23 105
		Remodelação das Infraestruturas de Água, Saneamento e Pluviais na Av. Da Liberdade	126 828
		Rua João Franco / Jardim Tílias / 5º Outubro	77 742
		Rua da Misericórdia e Germano da Cunha	139 966
		Rua da Misericórdia e Agostinho Fevereiro	29 577
		Projeto de Requalificação da Rua Dr. João Pinto, Rua José Germano da Cunha, Largo do Eiró, Rua da Quintã, Largo de Santo António e Rua de Santo António	130 317
	<b>Sub-total</b>	<b>750 002</b>	
	Outros investimentos	Telegestão e telemetria	350 567
		Sectorização da rede de abastecimento de água	169 065
		Plano de minimização de perdas de água	40 000
		Inspeção e reparação de coletores	262 728
		Reabilitação do parque contadores	654 952
		Gestão de clientes e marketing	392 306
		Aplicação de <i>software</i> de gestão para abastecimento e saneamento	248 981
		Formação e motivação de colaboradores	36 000
Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente		33 000	
Implementação de um sistema da higiene, segurança e saúde no trabalho		33 000	
Outros investimentos, manutenções, benfeitorias		418 981	
<b>Sub-total</b>	<b>2 639 580</b>		
<b>Total</b>	<b>4 639 581</b>		

## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2025. Este programa foi aprovado em 18 de dezembro de 2024 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente em conformidade

com o Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.

Num total de 3.341 análises previstas no PCQA foram registados 19 incumprimentos.

As causas foram várias desde as características hidrogeológicas da origem da água (ferro, pH), falha no sistema de tratamento da rede predial no ponto de amostragem, falha de equipamento no processo de tratamento (arsénio, bactérias coliformes, Escherichia Coli) ou dosagem inadequada de reagente.

### Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada em 2025 foi 1.759.036 m<sup>3</sup> e o de água captada foi 411.807 m<sup>3</sup>, tendo aumentado 8,83 % e 1,51 %, respetivamente, em relação a 2024.

O rendimento hidráulico em 2025 do sistema de abastecimento do Fundão foi de 63,87%.

### Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado foi 1.334.786 m<sup>3</sup>, tendo aumentado 0,26% em relação a 2024. O maior volume de faturação da Aquafundalia provém dos utilizadores com tarifário doméstico, sendo os utilizadores com tarifário não-doméstico geral (comércio e indústria) e não domésticos municipais os segundos com maior faturação durante o ano de 2025.

### **Interrupções no fornecimento**

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 7 interrupções no fornecimento de água com duração superior a 6 horas.

### **Instalação de contadores**

Em 2025 foram resolvidas 2850 ordens de trabalho sendo 529 de renovação de parque de contadores, 734 novas ligações (altas) e 380 interrupções no abastecimento (baixas) 373 interrupções por dívida além de outros trabalhos relacionados com contadores.

### **Instalações de ramais domiciliados de água residual**

No que respeita à instalação de ramais, foram construídos 44 novos ramais de água.

### **Intervenções na rede de água potável**

Em 2025 foram reparadas 140 roturas em condutas e 113 em ramais.

### **Melhorias efetuadas nos sistemas de abastecimento**

Em 2025 fizeram-se melhorias nos seguintes sistemas:

#### **Setorização**

- Alpedrinha - instalação de um contador de setor na zona do cemitério
- Salgueiro / Quintãs - instalação de um contador de setor nas Quintãs
- Enxabarda – reparação de válvulas, que permitiram a identificação de roturas e melhoras o rendimento de 22% para 59% no final do ano

#### **Limpeza e conservação**

- Reservatório de Boxinos
- Reservatório de Valverde

#### **Eficiência hídrica**

- Instalados contadores nas adutoras de Enxabarda e Alqueidão
- Foram percorridos 213,500 km e detetadas 68 roturas no âmbito da campanha de busca de fugas e fraudes e atualização de cadastro

#### **Substituição de conduta**

- Substituição de aproximadamente 20 metros do troço inicial da conduta distribuidora do reservatório de Sto. António em Silvares e substituição da VRP existente em propriedade privada

### **Volume de água residual tratada**

No ano de 2025 o volume total estimado de água residual que entrou nas ETAR foi 49.747 metros cúbicos. Apesar de terem sido instalados caudalímetros à saída de todas as ETAR à exceção da ETAR de S. Martinho, ETAR de Monte da Touca e ETAR de Zebras Norte, os volumes tratados foram estimados em função do volume distribuído nos vários sistemas de abastecimento, visto que os caudalímetros ainda se encontram em afinação.

### **Instalações de ramais domiciliados de água residual**

Durante o ano de 2024 foram construídos 21 ramais de saneamento.

### **Intervenções na rede de saneamento de águas residuais**

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 17.100 metros da rede de saneamento.

### **Melhorias efetuadas nos sistemas de saneamento**

Em 2025 deu-se continuidade ao trabalho do ano transato e foram instalados controladores remotos/telegestão em ETAR e EEAR, que permitem um melhor acompanhamento dos processos de tratamento e o alerta de avarias em tempo real.

A nível de EEAR, continuou-se o processo de renovação geral iniciado em 2024, tanto a nível estrutural como a nível de equipamentos como bombas e quadros elétricos. Este trabalho de melhoria será continuado em 2026.

A nível da rede de saneamento em baixa, foram efetuadas 98 reparações, em caixas de visita, ramais e troços de coletores danificados.

### **Limpeza de fossas**

Foram efetuadas 123 limpezas de fossas, em que foram recolhidos 503 m<sup>3</sup> de água residual.

### **Consumos energéticos e de reagentes**

Tendo em conta a necessidade de tratamento da água bruta, foram consumidos 5.850 kg de hipoclorito de sódio, 2.900 kg de carbonato de sódio nos sistemas de tratamento da água para abastecimento público.

Durante 2025 foram consumidos um total de 142.294 kWh em todas as instalações de captação de água, EE e tratamento, um total de 12.541 kWh nas EEAR e um total de 42.970 kWh em todas as ETAR.

## SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



A Aquafundalia tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação passou a ser, em 2021, a norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa foi no período findo em 2025 de 27 (26 foi o número médio de funcionários em 2024).

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquafundalia no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 5,278 milhões de Euros (4,700 milhões de Euros em 2024) provenientes de Vendas e Serviços Prestados, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados em cerca de 12%, de 4,700 milhões Euros em 2024 para 5,278 milhões Euros em 2025.

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2025 de 5,263 milhões Euros o qual comparado com o do período anterior, que foi de 4,535 milhões Euros, representa um aumento de 16%. Este valor exclui o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1,963 milhões Euros, representando cerca de 37% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,758 milhões Euros, representando então cerca de 39% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi um aumento de cerca de 205 mil euros (12%).

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção) registou 1,694 milhões Euros, representando cerca de 32% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,678 milhões Euros, representando 37% do total dos gastos do período.

Para o total dos gastos na parte respeitante à execução do Plano de Investimentos. Em 2025 foi de 419 mil Euros e em 2024 não houve qualquer execução do Plano de Investimentos.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 688 mil Euros, representando cerca de 13 % do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 577 mil Euros, representando também 13% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi um aumento de 19%.

A rubrica de outros gastos registou em 2025, o montante de 118 mil Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado em 2024 o montante de 165 mil Euros (4% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou cerca de 371 mil Euros, para o período em análise, face a 357 mil Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, cerca de 7%, e 8% respetivamente.

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi, em 2025, de 5,496 milhões de Euros, o qual, comparado com o período anterior, que foi de 5,041 milhões de Euros, representa um aumento de 9%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2025 o montante de 5,278 milhões de Euros, que comparado com o período anterior, revela um acréscimo de 12% face ao valor de 4,670 milhões de Euros.

A Aquafundalia registou em 2025, perdas por imparidade de dívidas a receber no montante 11 mil Euros, em 2024 a Empresa registou reversão de perdas por imparidade no montante de 34 mil Euros.

A rubrica de outros rendimentos regista em 2025 o valor de 194 mil Euros. A mesma rubrica registava em 2024 o valor de 277 mil Euros.

### Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 175.653,43 Euros, representa uma diminuição face ao período anterior, que havia registado um resultado positivo no montante de 412.049,76 Euros.

### Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta no final do período de 2025 uma recuperação de aproximadamente 176 mil Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos à Europa e um pouco a todos os Países, a Aquafundalia continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 579.417 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição de 31%, comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de cerca de 56%, situando-se no final de 2025 em 208.631 Euros.

	Ano 2025	Ano 2024
Rentabilidade do ativo total	2,13%	5,20%
Rentabilidade dos capitais próprios	3,13%	7,58%
Rentabilidade das vendas	3,33%	8,77%
EBITDA	579 417	833 304
EBIT	208 631	476 025

### Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.919.116 Euros em 2024 para 8.246.019 Euros em 2025.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 5.435.960 Euros em 2024 para 5.611.613 Euros em 2025. O passivo aumentou de 2.483.156 Euros em 2024 para 2.643.406 Euros em 2025.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2025, em termos percentuais, uma estabilização dos mesmos face ao ano de 2024:

	Ano 2025	Ano 2024
Capitais próprios	5 611 613	5 435 960
Passivo total	2 634 406	2 483 156
Passivo corrente	2 141 947	1 571 716
Ativo total	8 246 019	7 919 116
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	68,05%	68,64%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	213,01%	218,91%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	31,95%	31,36%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	81,31%	63,30%

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia encontra-se mandatado para o triénio 2023-2025.

A Administração da Aquafundalia está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do Grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquafundalia encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado do período, que ascendeu a 175.653,43 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	8.782,67 Euros
Para Outras Reservas:	166.870,76 Euros

## AGRADECIMENTOS

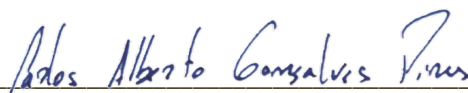
O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, a 27 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



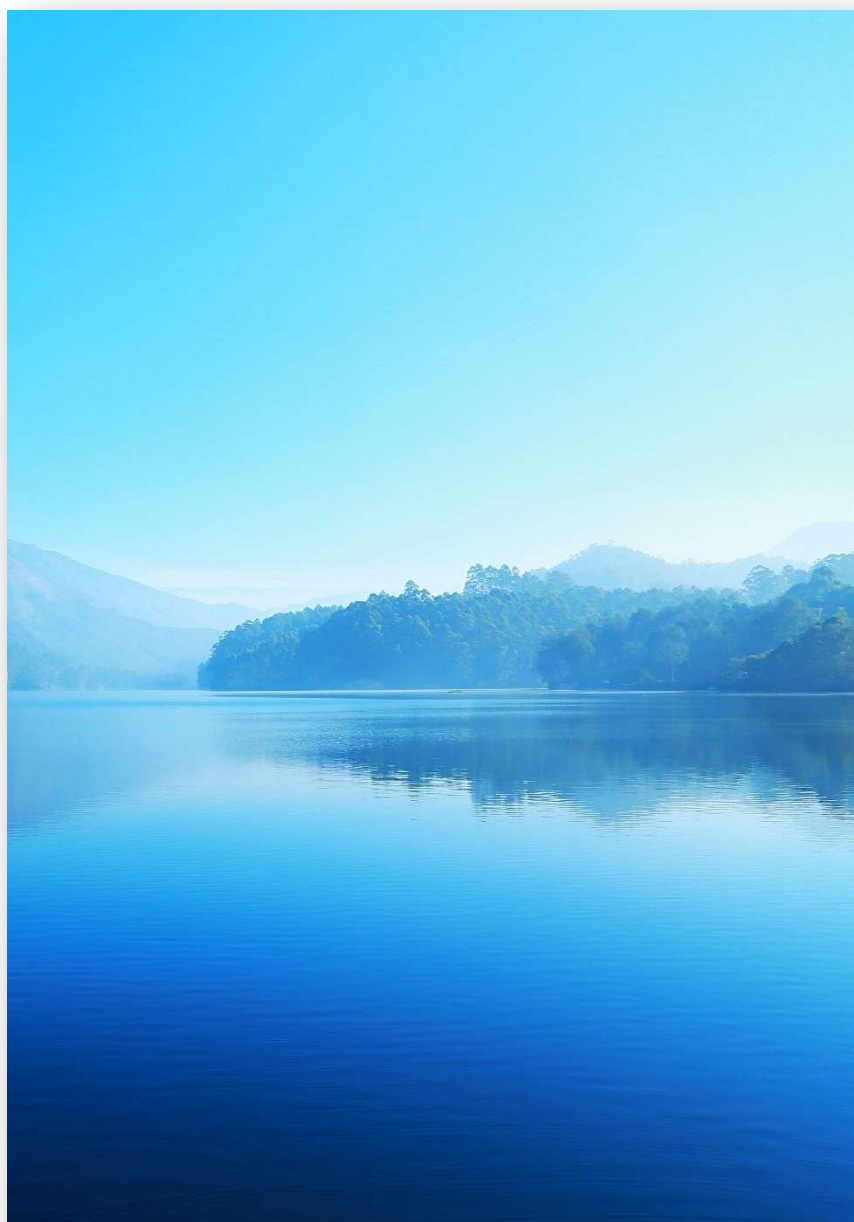
Artur António Baptista Vidal



Carlos Alberto Gonçalves Pires



Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

	NOTAS	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	683 131	561 641
Ativos intangíveis	6	3 960 079	4 107 902
Outros ativos financeiros		558	558
Ativos por impostos diferidos	7	171 922	188 040
<b>subtotal</b>		<b>4 815 690</b>	<b>4 858 141</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	9	692 623	637 922
Adiantamentos a fornecedores	9	24 317	20 718
Estado e outros entes públicos	8	175 588	67 450
Accionistas/sócios	11	800 000	800 000
Outros créditos a receber	9	610 547	463 239
Diferimentos	10	8 226	8 915
Caixa e depósitos bancários	4	1 119 028	1 062 731
<b>subtotal</b>		<b>3 430 329</b>	<b>3 060 975</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8 246 019</b>	<b>7 919 116</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	13	3 800 000	3 800 000
Reservas legais	13	88 480	67 878
Outras reservas	13	1 547 480	1 156 032
Resultado líquido do período	13	175 653	412 050
<b>Total do capital próprio</b>		<b>5 611 613</b>	<b>5 435 960</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	6 ; 23	492 459	911 440
<b>subtotal</b>		<b>492 459</b>	<b>911 440</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11 ; 12	1 292 348	882 066
Adiantamentos de clientes	12	49 242	35 371
Estado e outros entes públicos	8	13 709	67 656
Outras dívidas a pagar	11 ; 12	786 648	542 868
Diferimentos	10	-	43 755
<b>subtotal</b>		<b>2 141 947</b>	<b>1 571 716</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 634 406</b>	<b>2 483 156</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8 246 019</b>	<b>7 919 116</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

*Paula José Simões*

O Conselho de Administração

*Artur Alberto Gonçalves Pinus*  
*Luís Santos*

*[Handwritten signature]*

**AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	14	5 278 313	4 699 731
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1 962 934)	(1 758 351)
Fornecimentos e serviços externos	16	(2 113 065)	(1 677 586)
Gastos com o pessoal	17	(688 104)	(576 746)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(10 744)	34 170
Outros rendimentos	18	193 558	277 184
Outros gastos	19	(117 607)	(165 098)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>579 417</b>	<b>833 304</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(370 786)	(357 279)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>208 631</b>	<b>476 025</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11	24 116	30 335
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>232 747</b>	<b>506 360</b>
Imposto sobre o rendimento do período	21	(57 094)	(94 310)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>175 653</b>	<b>412 050</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Paula José Simões*



*Paulo Alberto Gonçalves Pinheiro*

*Luís Santos*



**AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 664 549	4 048 263
Pagamentos a fornecedores		(3 260 436)	(2 428 356)
Pagamentos ao pessoal		(682 286)	(570 533)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>721 827</b>	<b>1 049 374</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(126 995)	(55 190)
Outros recebimentos/pagamentos		(189 983)	(121 645)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>404 849</b>	<b>872 539</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(248 359)	(224 420)
Ativos intangíveis		(106 788)	(48 208)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		187	-
Juros e rendimentos similares		6 408	2 371
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(348 552)</b>	<b>(270 257)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>56 297</b>	<b>602 282</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>4</b>	<b>460 449</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>4</b>	<b>1 062 731</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Paula José Simões*

*Pedro Alberto Gonçalves Pinheiro*

*Luís Santos*

**AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 800 000	55 056	912 424	256 430	5 023 910
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	12 822	243 608	(256 430)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6 ; 13	-	-	-	-	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>3 800 000</b>	<b>67 878</b>	<b>1 156 032</b>	-	<b>5 023 910</b>
Resultado líquido do período		-	-	-	412 050	412 050
<b>Posição no fim do exercício</b>		<b>3 800 000</b>	<b>67 878</b>	<b>1 156 032</b>	<b>412 050</b>	<b>5 435 960</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 800 000	67 878	1 156 032	412 050	5 435 960
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	20 602	391 448	(412 050)	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>3 800 000</b>	<b>88 480</b>	<b>1 547 480</b>	-	<b>5 435 960</b>
Resultado líquido do período		-	-	-	175 653	175 653
<b>Posição no fim do exercício</b>		<b>3 800 000</b>	<b>88 480</b>	<b>1 547 480</b>	<b>175 653</b>	<b>5 611 613</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

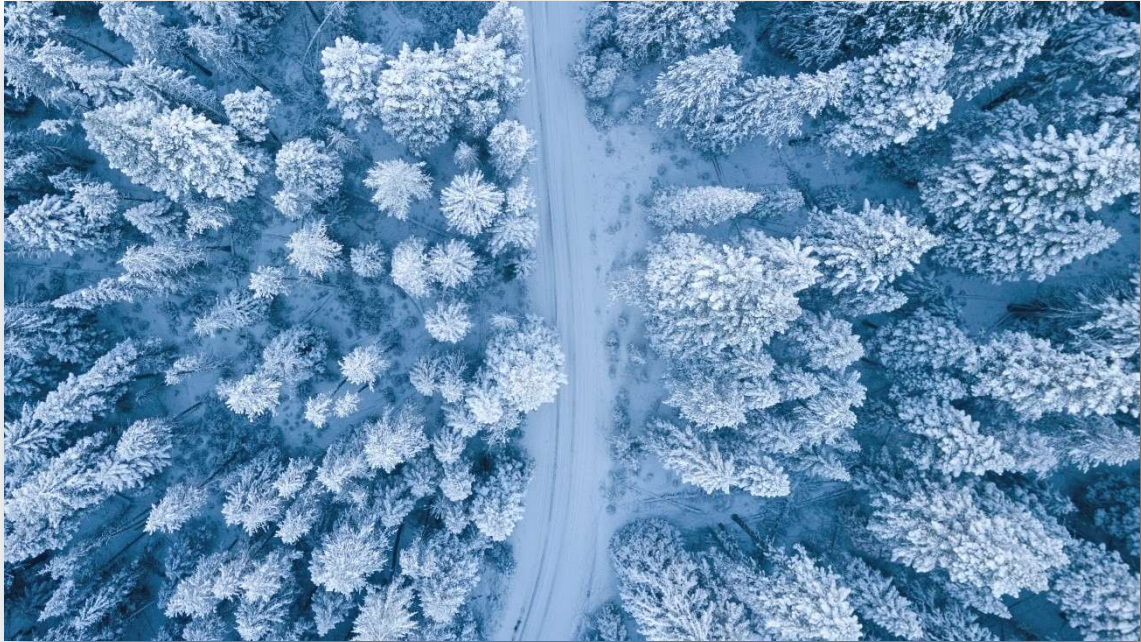
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração







### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (“Aquafundalia” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua dos Restauradores, Lote A/B, em Fundão, constituída a 17 de fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2011, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 25, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

#### **IFRIC 12**

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo

cessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efetuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

### 3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.



Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.6 CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

#### Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.



### 3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados na categoria “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

#### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.8. RÉDITO**

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### 3.9. ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### **Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação e possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### **Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.11. SUBSÍDIOS

Os subsídios de entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o mesmo venha a ser recebido e que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber, de acordo com a NCRF 22 – Subsídios e Outros Apoios de Entidade Públicas.

Os subsídios de entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio e, subsequentemente, são imputados na base sistemática como rendimento durante o período de vida útil dos ativos a que respeitam.

### 3.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.13. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a Empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



### 3.14. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Registo de provisão relacionada com as diferenças de preço de compra de água (Nota 24);
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era:

	Ano 2025	Ano 2024
Caixa	1 750	1 750
Depósitos à ordem		
Santander Totta	47 029	60 774
Caixa Geral de Depósitos	110 116	36 442
Novo Banco	16 833	167 152
Bankinter	943 300	796 613
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1 119 028</b>	<b>1 062 731</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ter sido corrigidos.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Alienação	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	497 514	66 865	-	564 379
Equipamento de transporte	362 438	172 014	(6 005)	528 447
Equipamento administrativo	25 993	-	-	25 993
<b>Total</b>	<b>885 945</b>	<b>238 879</b>	<b>(6 005)</b>	<b>1 118 819</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 20)	Alienação	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	190 336	62 178	-	252 514
Equipamento de transporte	112 104	53 026	(4 791)	160 339
Equipamento administrativo	21 864	971	-	22 835
<b>Total</b>	<b>324 304</b>	<b>116 175</b>	<b>(4 791)</b>	<b>435 688</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>561 641</b>	<b>122 704</b>	<b>(1 214)</b>	<b>683 131</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	398 412	99 102	-	497 514
Equipamento de transporte	191 540	170 898	-	362 438
Equipamento administrativo	25 993	-	-	25 993
<b>Total</b>	<b>615 945</b>	<b>270 000</b>	<b>-</b>	<b>885 945</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	136 397	53 939	-	190 336
Equipamento de transporte	69 700	52 404	-	112 104
Equipamento administrativo	20 894	970	-	21 864
<b>Total</b>	<b>216 991</b>	<b>107 313</b>	<b>-</b>	<b>324 304</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>398 954</b>	<b>162 687</b>	<b>-</b>	<b>561 641</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis				
Plano investimento - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
Plano investimento	7 132 039	-	-	7 132 039
Outros ativos intangíveis	61 411	106 788	-	168 199
<b>Total</b>	<b>7 278 214</b>	<b>106 788</b>	<b>-</b>	<b>7 385 002</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 20)	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis				
Plano investimento - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
Plano investimento	3 082 677	247 920	-	3 330 597
Outros ativos intangíveis	2 871	6 691	-	9 562
<b>Total</b>	<b>3 170 312</b>	<b>254 611</b>	<b>-</b>	<b>3 424 923</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>4 107 902</b>	<b>(147 823)</b>	<b>-</b>	<b>3 960 079</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
em Firme - Plano de Investimento	7 132 039	-	-	7 132 039
Outros ativos intangíveis	13 203	48 208	-	61 411
<b>Total</b>	<b>7 230 006</b>	<b>48 208</b>	<b>-</b>	<b>7 278 214</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 20)	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
em Firme - Plano de Investimento	2 834 757	247 920	-	3 082 677
Outros ativos intangíveis	825	2 046	-	2 871
<b>Total</b>	<b>2 920 346</b>	<b>249 966</b>	<b>-</b>	<b>3 170 312</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>4 309 660</b>	<b>(201 758)</b>	<b>-</b>	<b>4 107 902</b>

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foi aprovada a candidatura apresentada pela Aquafundalia (POSEUR-03-2012-FC-000091) para subsídio ao investimento relativo à Elaboração do Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas em Baixa de Saneamento de Águas Residuais no Concelho do Fundão. Esta candidatura teve por base um investimento de cerca de 86 mil Euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 73 mil Euros. Em 2017, foi recebido o montante de 49 mil Euros, em 2018 foi recebido o montante de 13 mil Euros e em 2020 foi recebido o montante de 7 mil Euros. O remanescente ainda não recebido encontra-se registado na rubrica “Outros créditos a receber” (Nota 9).

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível, assim como um Subsídio ao Investimento no Capital Próprio (líquido do efeito fiscal), sendo o mesmo reconhecido anualmente de acordo com a vida útil dos ativos (Nota 18).



## Provisões

As provisões registadas são referentes, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (5.132.039,00 Euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas provisões ascendem a 492.459 Euros e 911.440 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial - Concessão	911 440	911 440
Utilizações concessão (Nota 14 e 16)	(418 981)	-
Saldo final - Concessão (a)	492 459	911 440
<b>Saldo final (a)</b>	<b>492 459</b>	<b>911 440</b>

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>188 040</b>	<b>197 936</b>
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	(16 118)	(9 896)
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>(16 118)</b>	<b>(9 896)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>171 922</b>	<b>188 040</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 19% e 20%, respetivamente, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável (a qual não é aplicável ao Município do Fundão).

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 22)	32 548	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	143 040	67 450
<b>Total</b>	<b>175 588</b>	<b>67 450</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 22)	-	54 583
Retenção de Impostos sobre o rendimento	2 466	2 182
Contribuições para a Segurança Social e CGA	11 243	10 891
<b>Total</b>	<b>13 709</b>	<b>67 656</b>

## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Clientes		
Clientes conta corrente	749 449	684 004
Perdas por imparidade acumuladas	(56 826)	(46 082)
<b>Total</b>	<b>692 623</b>	<b>637 922</b>

### Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	(46 082)	(80 252)
Reforço	(10 744)	(26 247)
Reversão	-	60 417
<b>Saldo final</b>	<b>(56 826)</b>	<b>(46 082)</b>
<b>Variação Ano</b>	<b>(10 744)</b>	<b>34 170</b>

### Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	539 438	409 838
Estimativa juros partes relacionadas (Nota 11)	56 583	38 875
Devedores e credores diversos		
Cauções	10 700	10 700
Subsídio POSEUR (Nota 6)	3 826	3 826
<b>Total</b>	<b>610 547</b>	<b>463 239</b>

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2025 e 2024.

A rubrica POSEUR diz respeito aos montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário (Nota 6).

### Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos a fornecedores	24 317	20 718
<b>Total</b>	<b>24 317</b>	<b>20 718</b>

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Diferimentos Ativos		
Gastos a reconhecer	8 226	8 915
<b>Total</b>	<b>8 226</b>	<b>8 915</b>
Diferimentos Passivos		
Rendimentos a reconhecer	-	43 755
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>43 755</b>

## 11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2025			Ano 2024			
	Fornecedores (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Empréstimo concedido	Fornecedores (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Outras dívidas a pagar (Nota 12)	Empréstimo concedido
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	304 811	-	-	49 605	-	-	-
FCC Aqualia S.A.	16 991	56 583	800 000	16 768	38 875	2 247	800 000
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	32 597	-	-	49 568	-	-	-
<b>Total</b>	<b>364 399</b>	<b>56 583</b>	<b>800 000</b>	<b>116 941</b>	<b>38 875</b>	<b>2 247</b>	<b>800 000</b>

Em 2023, a Empresa efetuou um empréstimo à FCC Aqualia S.A. no montante de 800.000 Euros, por um prazo de um ano com possibilidade de renovação ou antecipação de reembolso, desde que solicitado por escrito à Empresa mãe. O mesmo vence juros à taxa juro de *short term rate* diminuído de um *spread* de 0,3%.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2025		Ano 2024	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros credores	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros credores
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	873 110	-	402 100	-
FCC Aqualia S.A.	14 743	17 708	41 120	10 911
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	65 205	-	63 790	-
<b>Total</b>	<b>953 058</b>	<b>17 708</b>	<b>507 010</b>	<b>10 911</b>

Não existem saldos e transações no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com a acionista AqualiaPortugal S.A.



## 12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Fornecedores e outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	354 399	115 941
Fornecedores C/C	937 949	766 125
<b>Total</b>	<b>1 292 348</b>	<b>882 066</b>

	Ano 2025	Ano 2024
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	173	83
Fornecedores de investimentos - Outros	2 533	13 225
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Outros acréscimos de gastos- Partes relacionadas Nota 11)	-	2 247
Outros acréscimos de gastos	79 856	71 881
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	704 086	455 432
<b>Sub Total Passivo Corrente</b>	<b>786 648</b>	<b>542 868</b>
<b>Total</b>	<b>786 648</b>	<b>542 868</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos de clientes	49 242	35 371
<b>Total</b>	<b>49 242</b>	<b>35 371</b>

## 13. CAPITAL PRÓPRIO

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 380.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. O capital é detido a 100% pela AqualiaPortugal, S.A..

### Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reservas legais, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só

pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as reservas legais ascendiam a 88.480 Euros e 67.878 Euros, respetivamente.

#### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2025, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 412.050 Euros, foi transferido para reservas legais o montante de 20.602 Euros e o remanescente no valor de 391.448 Euros para outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2024, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 256.430 Euros, foi transferido para reservas legais o montante de 12.822 Euros e o remanescente no valor de 243.608 Euros para outras reservas.

## 14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Vendas	4 739 556	4 606 118
Serviços prestados	119 776	93 613
Subcontratos (a)	418 981	-
<b>Total</b>	<b>5 278 313</b>	<b>4 699 731</b>

(a) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas (Nota 6)

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são conforme se apresenta:



Abastecimento de água			Saneamento de águas residuais	
Doméstico por escalão	2025	2024	2025	2024
	Preço unitário (€m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€m <sup>3</sup> )
de 0 a 3 m <sup>3</sup>	0,6249	0,6114	0,3749	0,3668
de 3 a 6 m <sup>3</sup>	1,0899	1,0663	0,6539	0,6398
de 6 a 9 m <sup>3</sup>	1,5987	1,5641	0,9592	0,9385
de 9 a 12 m <sup>3</sup>	2,4703	2,4169	2,4703	2,4169
de 12 a 15 m <sup>3</sup>	3,0805	3,0139	3,0805	3,0139
de 15 a 18 m <sup>3</sup>	3,6909	3,6111	3,6909	3,6111
de 18 a 21 m <sup>3</sup>	4,1269	4,0376	4,1269	4,0376
mais 21 m <sup>3</sup>	5,1295	5,0186	5,1295	5,0186

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal do Fundão e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

## 15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 962 934	1 758 351
Inventários finais	-	-
<b>Custo mercadorias vendidas</b>	<b>1 962 934</b>	<b>1 758 351</b>

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Subcontratos (a)	418 981	-
Serviços especializados	1 222 286	1 126 217
Materiais	85 755	103 366
Energia e fluidos	122 329	125 201
Deslocações, estadas e transportes	1 665	54 204
Serviços diversos	262 049	268 598
<b>Total</b>	<b>2 113 065</b>	<b>1 677 586</b>

(a) Este montante inclui gastos relativos à construção, reparação e manutenção das infraestruturas relacionadas com a concessão (Nota 6).



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 953.058 Euros e 489.128 Euros, respetivamente (Nota 11).

## 17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Remunerações	495 599	450 160
Encargos sociais	107 984	97 973
Seguros de acidentes de trabalho	7 844	7 819
Outros gastos com o pessoal	76 677	20 794
<b>Total</b>	<b>688 104</b>	<b>576 746</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi nos exercícios findos em 2025 e 2024 de 27 pessoas e 26 pessoas, respetivamente.

## 18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Rendimentos suplementares	968	-
Obras realizadas por conta Município Fundão	43 755	128 998
Mais- valia Ativos Fixos Tangíveis	187	-
Outros rendimentos	148 648	148 186
<b>Total</b>	<b>193 558</b>	<b>277 184</b>

## 19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Impostos e taxas	99 446	94 718
Dívidas incobráveis (Nota 21)	-	60 417
Outros gastos	18 161	9 963
<b>Total</b>	<b>117 607</b>	<b>165 098</b>



## 20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	116 175	107 313
Ativos intangíveis (Nota 6)	254 611	249 966
<b>Total</b>	<b>370 786</b>	<b>357 279</b>

## 21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 0%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 20%.

Para o período de 2025, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2019 e 2021 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Resultado antes de impostos	232 747	506 360
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	181 253	181 253
Correções relativas a exercícios anteriores	-	379
Imparidade não aceite	8 058	19 685
Créditos incobráveis (Nota 19)	-	60 417
Benefícios Fiscais - RCCS	(47 271)	(169 883)
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(204 972)	(185 597)
Reversão imparidade (Nota 9)	-	(60 417)
Outros	46 807	36 663
<b>Lucro tributável</b>	<b>216 622</b>	<b>388 860</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
<b>Materia colectável</b>	<b>216 622</b>	<b>388 860</b>
Coleta	39 574	77 411
Tributações autónomas	1 402	7 003
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>40 976</b>	<b>84 414</b>
Retenções na fonte	1 602	593
Pagamento por conta (Nota 8)	71 922	29 238
<b>Total IRC a pagar/(recuperar)</b>	<b>(32 548)</b>	<b>54 583</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>40 976</b>	<b>84 414</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	16 118	9 896
<b>Total Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>57 094</b>	<b>94 310</b>
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>232 747</i>	<i>506 360</i>
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	<i>(16 118)</i>	<i>(9 896)</i>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	<i>(57 094)</i>	<i>(94 310)</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>175 653</i>	<i>412 050</i>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2024, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2.000.000 Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140.000 Euros em 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 140.000 Euros.

Decorrente do incentivo fiscal à capitalização das Empresas, preconizado no art.º 43.º D dos Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa deduziu cerca de 47.300 Euros e de 29.900 Euros, respetivamente.

## 22. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Diferença de preços na compra de água

Entre a Empresa e o Município do Fundão tem vindo a existir uma divergência relativamente ao preço de aquisição de água em alta e do tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia desde o ano de 2011. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 centimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 centimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (“ALVT”) (que resulta da agregação de várias entidades e que conduziu à extinção da anteriormente denominada Águas de Zêzere e Coa), fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo suprarreferido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela ALVT, a Aquafundalia deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.



A faturação da ALVT ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a ALVT e a autarquia suprarreferida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a ALVT. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter de ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços suprarreferidos e os preços efetivamente cobrados pela ALVT. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a ALVT, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos suprarreferidos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma estimativa de redução de gasto relativo ao gasto das mercadorias vendidas no valor de cerca de 39.500 Euros e 40.500 Euros, respetivamente. Estes valores aguardam novo acordo entre a Empresa e o Município do Fundão.

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56ª do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, dos períodos não abrangidos pelo acordo referido no parágrafo anterior. Sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho da situação relativamente ao período entre 2011 e julho de 2015, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que o compensaria.

Existe ainda uma diferença entre o volume de água faturado pela ALVT ao Município e aquele efetivamente pago e consumido pela Aquafundalia. Esta diferença deve-se à existência de uma rutura no reservatório da zona de abastecimento das Donas, cuja propriedade é da ALVT. As leituras fornecidas pelo proprietário do mesmo são realizadas num contador à entrada e as leituras tomadas pela Aquafundalia são realizadas na saída do reservatório, o que explica a diferença verificada. As perdas de água ocorridas neste reservatório são da responsabilidade da empresa de água em alta, pelo que a Aquafundalia

transmitiu ao responsável da gestão a sua discordância com as leituras fornecidas, sendo nossa convicção que desta divergência não resultará nenhuma responsabilidade futura para a Aquafundalia.

### **Indeminização por cessão de contratos de trabalho no final da concessão**

É convicção da Administração, apoiado pelo departamento jurídico, de que a Empresa não tem obrigações que levem a incorrer em gastos relativos a compensação por extinção de posto de trabalho no final da concessão. Esta opinião é baseada em Acórdãos existentes, bem como na Diretiva da UE 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de março de 2001, que teve como objetivo a aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos, e que veio consagrar, expressamente, a possibilidade de transferência dos contratos de trabalho em casos de transmissão ou de reversão de uma unidade económica do setor privado para o setor público, e vice-versa.

## **23. MÚTUOS E GARANTIAS**

### **Continuidade das operações**

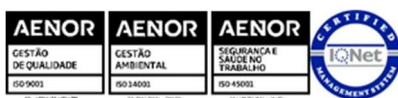
#### *Risco de liquidez*

Este risco tem origem nos desfazamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tinha um saldo de Caixa e equivalentes no montante de 1.119 mil Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 404.849 Euros. A empresa em 2025 já não apresenta dívida financeira a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente em 786.198 Euros. Este valor é líquido dos saldos com partes relacionadas (Nota 11).

Os Administradores da Aquafundalia elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da Empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações e que o Grupo irá manter o suporte financeiro que se revelar necessário à Empresa. Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a Empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:





- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

## 24. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas terminaram em 2024, tendo a empresa adquirido veículos próprios

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 1 ano e um máximo de 10 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio, por períodos sucessivos de 1 ano e 5 anos, respetivamente para o contrato anual e a 10 anos. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não está contratualizado a aquisição dos imóveis.

A Empresa detém uma parceria com a Hidrotec (empresa do Grupo) para o aluguer de *hardware* e *software*, que se vai ajustando mensalmente em função das necessidades a empresa. Sendo possível solicitar novos equipamentos ou licenças ou devolver os mesmos sem qualquer penalização contratual nem qualquer período de permanência. Os valores de gastos incorridos com estes alugueres encontram-se na Nota 11.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2025 e 2024, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2025	Ano 2024
2025	-	24 000
2026	24 000	12 950
2027	12 950	8 400
2028 e seguintes	4 200	4 200
<b>TOTAL</b>	<b>41 150</b>	<b>49 550</b>

Gasto ano	Ano 2025	Ano 2024
Renting viaturas	-	18 120
aluguer imóveis	24 000	24 000
<b>TOTAL</b>	<b>24 000</b>	<b>42 120</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Paula José Simões*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



*Adão Alberto Gonçalves Pinheiro*

*Luís Santos*



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 8.246.019 euros e um total de capital próprio de 5.611.613 euros, incluindo um resultado líquido de 175.653 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**  
Num. de Identificação: 09457598  
Data: 2026.05.29 14:57:35+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2025 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**  
Num. de Identificação: 09457598  
Data: 2026.05.29 15:18:54+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC n.º 1334  
Registado na CMVM com o n.º 20160944